

DECRETO N° 39.820-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a Promoção de Praça da Polícia Militar do Estado de Roraima, por ato de bravura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, e de acordo com o que dispõe o item 3, do art. 4º, art. 7º, § 1º do art. 26, § 2º e item 2 do art. 27, do Regulamento de Promoções de Praças da Polícia Militar de Roraima – RPP/PMRR, aprovado pelo Decreto nº 229-P, de 4 de março de 1987, c/c o inciso III do art. 73, da Lei Complementar Estadual nº 194, de 13 de fevereiro de 2012 (Estatuto dos Militares do Estado de Roraima),

RESOLVE:

Art. 1º Promover, o 3º SGT QEP PM FRANCISCO DIEGO DA SILVA, à graduação de 2º Sargento PM do Quadro Especial de Praças Policiais Militares - QEP PM, pelo critério de Ato de Bravura a contar de 9 de janeiro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 9 de janeiro de 2026.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*

DECRETO N° 39.821-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, com base nos autos do Processo nº 15101.004664/2021.10, e

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 87, inciso I e § 1º, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, bem como no Decreto nº 14.277-E, de 2 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora estadual, ANDREIA DE ALMEIDA COUTINHO, CPF nº 708.845.012-72, ocupante do cargo de Almoxarife, matrículas nº 0126583-0-01/0126583-0-01, lotada na Procuradoria Geral do Estado – PGE/RR, para exercer cargo em comissão de Calculista - FC-04, junto ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT.

Art. 2º A cessão ocorrerá por 01 (um) ano, com ônus para o órgão cessionário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*

DECRETO N° 39.822-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, com base nos autos do Processo nº 15101.005664/2021.37, e

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 87, inciso I e § 1º, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, bem como no Decreto nº 14.277-E, de 2 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora estadual, CRISTIANE RIBEIRO DE LIMA BOTELHO, CPF nº 447.321.802-30, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrículas nº 040003761/0120272-3-02, lotada na Procuradoria Geral do Estado de Roraima – PGE/RR, para exercer cargo em comissão de Assistente IV de Secretaria - FC-04, junto ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT.

Art. 2º A cessão ocorrerá por 01 (um) ano, com ônus para o órgão cessionário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*

DECRETO N° 39.823-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno do Conselho Rodoviário Estadual – CRE/RR, aprovado pelo Decreto nº 5.269-E, de 28 de abril de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir, os membros do Conselho Rodoviário Estadual – CRE/RR, as representantes abaixo relacionadas para o Biênio 2025/2027:

I - Representante da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ:

- a) MARIA DE NAZARÉ RODRIGUES DA SILVA - Titular;
- b) FABIANA DO NASCIMENTO PRADO - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*

DECRETO N° 39.824-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno do Conselho Rodoviário Estadual – CRE/RR, aprovado pelo Decreto nº 5.269-

E, de 28 de abril de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir, os membros do Conselho Rodoviário Estadual – CRE/RR, os representantes abaixo relacionados para o Biênio 2025/2027:

I - Representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Estado de Roraima – SEPLAN:

a) ANDRÉ LUIZ ALMEIDA DIAS - Titular;

b) FLORÊNCIO COSTA DE MELO - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*

DECRETO N° 39.825-E, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 de agosto de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a necessidade de incorporar as disposições do Ajuste SINIEF 07/22, de 7 de abril de 2022, e suas alterações, à legislação tributária estadual,

DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescentados os incisos XXVIII-A e XXVIII-B ao art. 143 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

“Art. 143. [...]”

XXVIII-A - Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – NFCom, modelo 62;

XXVIII-B - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – DANFE-COM.” (AC)

Art. 2º Ficam acrescentados os artigos 215-A ao 215-U ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

“LIVRO PRIMEIRO - PARTE GERAL

TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

CAPÍTULO III - DOS DOCUMENTOS FISCAIS

SEÇÃO V - Das Notas Fiscais

Subseção XI (AC)

DA NOTA FISCAL FATURA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (NFCom) (AC)

Art. 215-A. A Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – NFCom, modelo 62, será utilizada pelos contribuintes do ICMS em substituição aos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal de Serviço de Comunicação, modelo 21;

II - Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicação, modelo 22.

§ 1º Considera-se NFCom, o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar prestações relativas aos serviços de comunicação e telecomunicação, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela SEFAZ.

§ 2º A NFCom deverá conter todas as cobranças aos tomadores dos serviços.

§ 3º Os contribuintes do ICMS do Estado de Roraima ficam obrigados ao uso da NFCom previsto no caput a partir de 1º de novembro de 2025.

§ 4º Mediante regime especial concedido pela SEFAZ, o prazo de obrigatoriedade previsto no § 3º poderá ser postergado até 1º de agosto de 2026, desde que:

I - o contribuinte, ou o seu grupo econômico, em novembro de 2025, esteja emitindo NFCom na proporção mínima de 60% do volume total de documentos fiscais emitidos, considerando os modelos 21, 22 e 62, no Estado de Roraima;

II - emitam, posteriormente, na forma definida no regime especial, todas as NFCom relativas às cobranças e aos serviços prestados, nos quais foram emitidas notas fiscais modelos 21 ou 22, incluindo também as informações pertinentes ao IBS e à CBS. (AC)

Art. 215-B. Para emissão da NFCom, o contribuinte deve estar previamente credenciado junto à SEFAZ.

§ 1º O credenciamento a que se refere o caput pode ser:

I - voluntário, quando solicitado pelo contribuinte;

II - de ofício, quando efetuado pela SEFAZ, aos contribuintes cadastrados no Código CNAE pertencente à Seção “Informação e Comunicação”, especificamente nas Divisões 60 (Atividades de Rádio e Televisão) e 61 (Telecomunicações).

§ 2º Até a data de obrigatoriedade de uso da NFCom, o contribuinte poderá, concomitantemente, emitir a Nota Fiscal de Serviço de Comunicação – NFSC, modelo 21 e a Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações – NFST, modelo 22. (AC)

Art. 215-C. O “Manual de Orientação do Contribuinte – MOC”, publicado pelo Ato COTEPE/ICMS nº 26, de 22 de março de 2023, disciplina a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os portais das administrações tributárias das unidades federadas e os sistemas de informações das empresas emissoras de NFCom.

Parágrafo único. Nota técnica publicada em sítio eletrônico do portal da NFCom poderá esclarecer questões referentes ao MOC. (AC)

Art. 215-D. A NFCom deve ser emitida com base em layout estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, observadas as seguintes formalidades:

I - o arquivo digital da NFCom deve ser elaborado no padrão XML (“Extensible Markup Language”);

II - a numeração será sequencial e crescente de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;

III - deve conter um código numérico, gerado pelo emitente, que comporá a chave de acesso de identificação da NFCCom, juntamente com o CNPJ do emitente, número e série da NFCCom;

IV - a NFCCom deve ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 1º As séries serão designadas por algarismos arábicos, em ordem crescente, observada a utilização de série única que será representada pelo número zero.

§ 2º A SEFAZ poderá restringir a quantidade de séries. (AC)

Art. 215-E. O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – DANFE-COM, conforme layout estabelecido no MOC, será utilizado para representar as prestações acobertadas por NFCCom.

§ 1º O DANFE-COM só poderá ser utilizado para representar as prestações acobertadas pela NFCCom após a concessão da sua autorização de uso, nos termos do inciso I do art. 215-I, ou na hipótese prevista no art. 215-K.

§ 2º O DANFE-COM deve:

I - conter um código bidimensional com mecanismo de autenticação digital que possibilite a identificação da autoria do DANFE-COM conforme padrões técnicos estabelecidos no MOC;

II - conter o número do protocolo de concessão da autorização de uso, conforme definido no MOC, ressalvada a hipótese prevista no art. 215-K.

§ 3º O DANFE-COM deverá ser disponibilizado ao destinatário na forma impressa ou eletrônica. (AC)

Art. 215-F. O arquivo digital da NFCCom só poderá ser utilizado como documento fiscal após:

I - ser transmitido eletronicamente à SEFAZ, nos termos do art. 215-G;

II - ter seu uso autorizado por meio de concessão de Autorização de uso da NFCCom, nos termos do inciso I do art. 215-I.

§ 1º Ainda que formalmente regular, será considerado documento fiscal inidôneo a NFCCom que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

§ 2º Para efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º atingem o respectivo DANFE-COM, impresso nos termos dos arts. 215-E ou 215-K, que também será considerado documento fiscal inidôneo.

§ 3º A concessão da Autorização de uso:

I - é resultado da aplicação de regras formais especificadas no MOC e não implica na convalidação das informações tributárias contidas na NFCCom;

II - identifica, de forma única, pelo prazo decadencial estabelecido pela legislação tributária, uma NFCCom por meio do conjunto de informações formado pelo CNPJ do emitente, número, série e ambiente de autorização. (AC)

Art. 215-G. A transmissão do arquivo digital da NFCCom deve ser efetuada via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de “software” desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.

Parágrafo único. A transmissão referida no caput implica na solicitação de concessão de Autorização de uso da NFCCom. (AC)

Art. 215-H. Previamente à concessão da Autorização de uso da NFCCom, a SEFAZ analisará, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a regularidade fiscal do emitente;

II - o credenciamento do emitente, para emissão de NFCCom;

III - a autoria da assinatura do arquivo digital da NFCCom;

IV - a integridade do arquivo digital da NFCCom;

V - a observância ao layout do arquivo estabelecido no MOC;

VI - a numeração do documento. (AC)

Art. 215-I. Do resultado da análise referida no art. 215-H, a SEFAZ cientificará o emitente:

I - da concessão da autorização de uso da NFCCom;

II - da rejeição do arquivo da NFCCom, em virtude de:

a) irregularidade fiscal do emitente;

b) falha na recepção ou no processamento do arquivo;

c) falha no reconhecimento da autoria ou da integridade do arquivo digital;

d) emitente não credenciado para emissão da NFCCom;

e) duplicidade de número da NFCCom;

f) outras falhas no preenchimento ou no layout do arquivo da NFCCom.

§ 1º Após a concessão da autorização de uso, a NFCCom não poderá ser alterada, sendo vedada a emissão de carta de correção para sanar erros da NFCCom.

§ 2º Em caso de rejeição do arquivo digital, o mesmo não será arquivado na SEFAZ para consulta, sendo permitido ao interessado nova transmissão do arquivo da NFCCom nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do caput.

§ 3º A cientificação de que trata o caput será efetuada mediante protocolo disponibilizado ao emitente ou a terceiro autorizado pelo emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a chave de acesso, o número da NFCCom, a data e a hora do recebimento da solicitação pela SEFAZ e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da SEFAZ ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 4º Nos casos previstos no inciso II, o protocolo de que trata o § 3º conterá informações que justifiquem, de forma clara e precisa, o motivo pelo qual a autorização de uso não foi concedida.

§ 5º Quando solicitado, o emitente deverá encaminhar ou disponibilizar download do arquivo da NFCCom e seu respectivo protocolo de autorização de uso ao tomador do serviço.

§ 6º Para os efeitos do disposto na alínea “a” do inciso II, considera-se irregular a situação do contribuinte emitente do documento fiscal que, nos termos da respectiva legislação estadual, estiver impedido de praticar operações na condição de contribuinte do ICMS.

§ 7º A SEFAZ deverá disponibilizar a NFCCom para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - SRFB, para uso em suas atividades de fiscalização e controle.

§ 8º A SEFAZ poderá disponibilizar a NFCCom ou as informações parciais, observado o sigilo fiscal, para outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem de informações da NFCCom para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo. (AC)

Art. 215-J. O emitente deve manter a NFCCom em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo estabelecido na legislação tributária, mesmo que fora da empresa, devendo ser disponibilizado para a SEFAZ quando solicitada. (AC)

Art. 215-K. Quando, em decorrência de problemas técnicos, não for possível transmitir a NFCCom para a SEFAZ, ou obter resposta à solicitação de autorização de uso da NFCCom, o contribuinte pode operar em contingência, efetuando a geração prévia do documento fiscal eletrônico em contingência e autorização posterior, conforme definições constantes no MOC.

§ 1º Na emissão em contingência, o contribuinte deve observar:

I - as seguintes informações fazem parte do arquivo da NFCCom:

a) o motivo da entrada em contingência;

b) a data, hora com minutos e segundos do seu início, devendo constar do DANFE-COM.

II - imediatamente após a cessação dos problemas técnicos que impediram a transmissão ou recepção do retorno da autorização da NFCCom, o emitente deverá transmitir à SEFAZ as NFCCom geradas em contingência até o primeiro dia útil subsequente contado a partir de sua emissão;

III - se a NFCCom, transmitida nos termos do inciso anterior, vier a ser rejeitada pela SEFAZ, o emitente deve:

a) gerar novamente o arquivo com a mesma chave de acesso, sanando a irregularidade, desde que não se alterem as variáveis que determinam o valor do imposto, a correção de dados cadastrais que implique mudança do emitente ou do destinatário e a data de emissão;

b) solicitar autorização de uso da NFCCom.

IV - considera-se emitida a NFCCom em contingência, tendo como condição resolutória a sua autorização de uso, no momento da disponibilização do respectivo DANFE-COM em contingência ao destinatário.

§ 2º É vedada a reutilização, em contingência, de número de NFCCom transmitida com tipo de emissão “Normal”.

§ 3º No DANFE-COM deve constar a expressão “Documento Emitido em Contingência”. (AC)

Art. 215-L. Em relação às NFCCom que foram transmitidas antes da contingência e ficaram pendentes de retorno, o emitente deve, após a cessação das falhas, solicitar o cancelamento, nos termos do art. 215-O, das NFCCom que retornaram com autorização de uso e cujas prestações não se efetivaram ou foram acobertadas por NFCCom emitidas em contingência. (AC)

Art. 215-M. Na hipótese de haver determinação judicial com efeito sobre os dados contidos na NFCCom, devem ser informados, nos campos próprios, o número do processo judicial e os valores originais, desconsiderando os efeitos da respectiva decisão judicial. (AC)

Art. 215-N. A ocorrência relacionada com uma NFCCom denomina-se “Evento da NFCCom”.

§ 1º Os eventos relacionados à NFCCom são denominados:

I - Cancelamento: conforme disposto no art. 215-O;

II - Autorizada NFCCom de Ajuste: registra que a NFCCom foi referenciada por uma outra NFCCom de finalidade ajuste;

III - Cancelada NFCCom de Ajuste: registra, no documento que recebeu o registro do evento do inciso II, o cancelamento da NFCCom de finalidade ajuste;

IV - Autorizada NFCCom de Substituição: registra que a NFCCom foi referenciada por uma outra NFCCom de finalidade substituição;

V - Autorizada NFCCom de Cofaturamento: registra que a NFCCom foi referenciada por outra NFCCom de tipo de faturamento cofaturamento, emitida conforme disposto no inciso II da do art. 215-S;

VI - Cancelada NFCCom de Cofaturamento: registra, no documento que recebeu o registro do evento do inciso V, o cancelamento da NFCCom de tipo de faturamento cofaturamento, emitida conforme disposto no inciso II do art. 215-S;

VII - Substituída NFCCom de Cofaturamento: registra, no documento que recebeu o registro do evento do inciso V, que este foi referenciado por uma NFCCom de Substituição, cujo tipo de faturamento é cofaturamento, emitida conforme inciso II do art. 215-S.

§ 2º O evento indicado no inciso I do § 1º deve ser registrado pelo emitente.

§ 3º Os eventos indicados nos incisos II a VII do § 1º devem ser registrados pela SEFAZ ou por órgãos da administração pública direta ou indireta que a ela prestem este serviço.

§ 4º Os eventos serão exibidos na consulta definida no art. 215-U, conjuntamente com a NFCCom a que se referem. (AC)

Art. 215-O. O emitente pode solicitar o cancelamento da NFCCom até 120 (cento e vinte) horas após o último dia do mês da sua autorização.

§ 1º O cancelamento de que trata o caput será efetuado por meio do registro de evento correspondente.

§ 2º O pedido de cancelamento deve:

I - atender ao layout estabelecido no MOC;

II - ser assinado pelo emitente com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 3º A transmissão do pedido de cancelamento será efetivada via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.

§ 4º A cientificação do resultado do pedido de cancelamento será feita mediante protocolo de que trata o § 3º, disponibilizado ao emitente, via internet, contendo, conforme o caso, a chave de acesso, o número da NFCCom, a data e a hora do recebimento da solicitação pela SEFAZ e o número do protocolo, podendo ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da SEFAZ ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

§ 5º A NFCCom cancelada é dispensada de escrituração. (AC)

Art. 215-P. Na hipótese de prestação de serviços na modalidade pré-paga, o emitente deverá emitir em cada período tantas NFCCom quantas forem as respectivas aquisições antecipadas de créditos, pelo valor integral adquirido.

§ 1º Nas situações em que os créditos referidos no caput tiverem utilização diversa de serviços de telecomunicação, o contribuinte poderá emitir, no período de apuração correspondente, NFCCom de finalidade de ajuste, por terminal, detalhando por itens cada serviço diverso tomado, referenciando as chaves de acesso das respectivas NFCCom anteriores a que se referem os créditos utilizados de forma diversa.

§ 2º Havendo erro, a NFCCom de finalidade de ajuste poderá ser cancelada ou, se isto não for possível, poderá ser emitida outra NFCCom de finalidade de ajuste, contendo correção para compensação a débito ou a crédito. (AC)

Art. 215-Q. Nas hipóteses de estorno de débito, para recuperação do imposto destacado em NFCCom anteriormente emitida, deverá ser observado o seguinte:

I - caso a NFCCom não seja cancelada e ocorra ressarcimento ao tomador do serviço e mediante dedução dos valores indevidamente pagos, nas NFCCom

subsequentes, o contribuinte efetuará a recuperação do imposto diretamente no documento fiscal em que ocorrer o resarcimento ao tomador do serviço, referenciando o número do item e a chave de acesso da NFCCom que gerou os valores indevidamente pagos;

II - caso a NFCCom seja emitida com erro, o emitente poderá emitir uma NFCCom de Substituição, referenciando a NFCCom com erro e consignando no DANFE-COM a expressão “Este documento substitui a NFCCom série, número e data em virtude de (especificar o motivo do erro)”;

III - nos casos em que não for possível o enquadramento nas situações dos incisos I e II, poderá ser emitida uma NFCCom de finalidade de ajuste, observadas as disposições específicas da legislação.

§ 1º O contribuinte poderá utilizar-se do eventual crédito decorrente do procedimento previsto no inciso II somente após a emissão da NFCCom de Substituição.

§ 2º Alternativamente ao disposto nos incisos I a III do caput, a SEFAZ poderá permitir, mediante Termo de Acordo, que o contribuinte se aproprie de crédito fiscal presumido, nos termos do § 6º do art. 646. (AC)

Art. 215-R. Na hipótese de cobrança dos serviços de comunicação ser realizada de forma centralizada, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - o estabelecimento prestador emitirá NFCCom de tipo de faturamento centralizado pelos serviços prestados, com o destaque dos respectivos tributos, indicando o CNPJ e a unidade federada do centralizador, sem o preenchimento dos campos correspondentes à fatura;

II - o estabelecimento centralizador emitirá uma NFCCom relacionando, além dos serviços por ele prestados, as chaves de acesso das NFCCom do inciso I, bem como os respectivos valores a serem totalizados, para fins de cobrança da fatura. (AC)

Art. 215-S. Na hipótese de cobrança dos serviços de comunicação ser realizada de forma conjunta, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - o prestador de serviço que efetuará a cobrança conjunta emitirá NFCCom ao tomador do serviço relacionando, além dos serviços por ele prestados, com o destaque dos respectivos tributos, aqueles correspondentes à NFCCom do inciso II;

II - o prestador do serviço cuja cobrança será efetuada por terceiro emitirá uma NFCCom ao seu tomador do serviço, indicando o tipo de faturamento cofaturamento, relacionando os serviços por ele prestados, com o destaque dos respectivos tributos, sem o preenchimento dos campos correspondentes à fatura, indicando a chave de acesso da NFCCom a que se refere o inciso I.

§ 1º As NFCCom dos incisos I e II devem referir-se ao mesmo tomador do serviço.

§ 2º A NFCCom prevista no inciso II deverá ser emitida em até 20 (vinte) dias a contar da data de autorização da NFCCom do inciso I.

§ 3º Durante o período de transição para a NFCCom, poderão ser seguidos os seguintes procedimentos:

I - quando apenas o prestador de serviço que efetuará a cobrança emitir a NFCCom, o prestador do serviço cuja cobrança será efetuada por terceiro:

a) fará a declaração do imposto devido, através de ajuste a débito e por emitente de NFCCom, diretamente na escrituração fiscal, com base no arquivo XML recebido; e

b) emitirá os documentos fiscais eletrônicos correspondentes (NFCCom), em até 90 (noventa) dias do início da obrigatoriedade, realizando o estorno do imposto, através de ajuste a crédito, diretamente na escrituração fiscal;

III - quando apenas o prestador do serviço cuja cobrança será efetuada por terceiro estiver utilizando a NFCCom, fica dispensada a emissão do documento eletrônico, podendo ambas as empresas emitir a NFSC ou a NFST, conforme previsto no Convênio ICMS nº 115/03. (AC)

Art. 215-T. É vedada a escrituração de NFCCom que contenha apenas itens sem a indicação de Código de Situação Tributária – CST. (AC)

Art. 215-U. Após a concessão de Autorização de uso da NFCCom, de que trata o inciso I do art. 215-I, a SEFAZ disponibilizará consulta relativa à NFCCom.

§ 1º A consulta de que trata o caput conterá dados resumidos necessários à identificação da condição da NFCCom perante à SEFAZ, devendo exibir os eventos vinculados à respectiva NFCCom, exceto os dados que permitam a identificação do tomador de serviços, os quais deverão ser apresentados parcialmente mascarados.

§ 2º A SEFAZ poderá, opcionalmente, disponibilizar também os dados completos da NFCCom, desde que por meio de acesso restrito e vinculado à relação do consultante com a prestação documentada na NFCCom, devendo o consultante ser identificado por meio de certificado digital ou de acesso identificado aos portais das administrações tributárias.” (AC)

Art. 3º Fica alterado o § 6º do art. 646 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E, de 3 de agosto de 2001, com a seguinte redação:

“Art. 646. [...]

[...]

§ 6º Para recuperação do imposto indevidamente pago, e em substituição à sistemática de repetição de indébito prevista nos §§ 3º a 9º da cláusula terceira do Conv. ICMS 126/98, ou ao procedimento previsto nos incisos I a III do art. 215-Q, fica concedido, mediante Termo de Acordo, crédito fiscal no percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor dos débitos de ICMS relacionados à prestação de serviços de telecomunicação cujo documento fiscal seja emitido em via única, nos termos do Convênio ICMS nº 115/03, ou em formato eletrônico, nos termos do Ajuste SINIEF 07/22.” (NR)

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de janeiro de 2026.

EDILSON DAMIÃO LIMA

Governador do Estado de Roraima - *em exercício*



CASA MILITAR

PORTARIA N° 772/CASA MILITAR/DAA, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares à Servidores Públicos lotados na Estrutura Organizacional da Casa Militar da Governadoria.”

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº. 618-P, de 29 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 4913, de 29 de abril de 2025, e,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, lotados na Estrutura Organizacional da Casa Militar da Governadoria:

ORD.	NOME DO (A) SERVIDOR (A)	CARGO COMISSIONADO/FUNÇÃO GRATIFICADA	CARGO EFETIVO	PERÍODO	EXERCÍCIO	DIAS
01	WILLIAM PASCOAL DA SILVA MEDEIROS	COORDENADOR DE SEGURANÇA	X	01/01/2026 a 15/01/2026	2026	15
02	ROBSON MACIEL DO NASCIMENTO	COORDENADOR DE SEGURANÇA	X	01/01/2026 a 30/01/2026	2026	30
03	ANTÔNIO RARISON SILVEIRA PINHO	ASSISTENTE EXECUTIVO (CNEI-I)	X	02/01/2026 a 31/01/2026	2026	30
04	CLEONICE DOS SANTOS PEREIRA	AUXILIAR DE GABINETE (FAI-II)	X	02/01/2026 a 31/01/2026	2026	30
05	ANA PERLA FERREIRA VARÃO	ASSISTENTE DE GABINETE (CDI-II)	X	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
06	ANDRÉA DUARTE DE MELO	ASSISTENTE EXECUTIVO (CNEI-I)	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
07	CAIO ALESSANDRO ARAÚJO FARIA	ASSISTENTE EXECUTIVO (CNEI-I)	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
08	CYNTIA FRANÇA DA SILVA	ASSISTENTE EXECUTIVO (CNEI-I)	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
09	ERNANDE SOBRINHO FERREIRA DE SOUSA	ASSESSOR DE GABINETE (CDI-I)	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
10	ISABELLY FERRO VASCONCELOS	ASSESSOR TÉCNICO (CDI-I)	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
11	PAULO ROBERTO DOS SANTOS MACEDO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	X	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
12	SAMUEL ALMEIDA PEREIRA	AUXILIAR DE GABINETE - FAI-I	----	05/01/2026 a 03/02/2026	2026	30
13	RICARDO RODRIGUES SILVA	AGENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL	X	17/01/2026 a 31/01/2026	2026	15

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)

MIRAMILTON GOIANO DE SOUZA – CEL QOC PM

Secretário-Chefe da Casa Militar da Governadoria



SECRETARIAS DE ESTADO

SEADI - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO



Governo do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação de ato de admissão junto à Comissão Especial dos Ex-Territórios - CEEXT, nos termos do art. 14, V e art. 16, I, da PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 384, DE 11 DE JANEIRO DE 2021, que o Srº MARCIOMAR RIBEIRO DOS SANTOS, CPF nº.382.462.442-72, possuindo, à época, idade legal para tanto, desempenhou suas atividades profissionais junto ao Governo do Estado de Roraima, na(s) função(ões), período(s) e condição(ções) abaixo relacionada(s).

CARGO/FUNÇÃO	INÍCIO	DESLIGAMENTO	TIPO DE VÍNCULO
AUXILIAR GERAL	01.09.1993	30.11.1993	COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV

Boa Vista-RR, 29 de novembro de 2024.

(assinatura eletrônica)

MARCIO GLAYTON ARAUJO GRANGEIRO

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima - SEADI

Dec. nº 5-P, de 06 de janeiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Glayton Araújo Grangeiro, Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação**, em 29/11/2024, às 11:52, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **15413030** e o código CRC **F2418361**.